

GRUPO MODELO CONTINENTE

**CONTAS
CONSOLIDADAS
IAS/IFRS
Setembro de 2005**

MODELO CONTINENTE, SGPS, SA

Sociedade Gestora de Participações Sociais

SEDE: R. João Mendonça, 529 - 4464-501 SENHORA DA HORA

Matriculada na Conservatória Registo Comercial do Porto sob n° 38045

NIPC 501 532 927 - Capital Social 1.100.000.000 Euro

* sociedade com o capital aberto ao investimento do público *

DIRECÇÃO FINANCEIRA

Modelo Continente, SGPS, SA

“Sociedade com o capital aberto ao investimento do público”
Sede: Rua João Mendonça, nº 529, 4464 - 501 Senhora da Hora
Capital social: 1.100.000.000 Euro
Matriculada na C.R.C. do Porto sob o nº 38 045
Pessoa Colectiva nº 501 532 927

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos a V.Ex^{as} o Relatório de Gestão relativo à actividade da Modelo Continente, SGPS, SA ao longo dos primeiros nove meses de 2005.

Enquadramento macroeconómico e de mercado

Em Portugal, a Modelo Continente tem vindo a operar num quadro marcado pela persistência de um sentimento económico muito negativo, em face do fraco ritmo de crescimento do produto interno e das elevadas taxas de desemprego. Com crescente dificuldade de colocação das suas exportações e fortes desequilíbrios nas finanças públicas nacionais, o país tem vindo a perder posição competitiva e não tem sabido criar condições para retomar o movimento de convergência do produto per capita para os referenciais europeus. Este contexto tem tido reflexos muito concretos e imediatos no comportamento do consumidor nacional, que tem vindo a privilegiar gamas de produtos de preço médio mais baixo e desenvolvido uma forte apetência por acções promocionais.

Adicionalmente, a empresa tem estado sujeita a um forte incremento da concorrencialidade do mercado, por via do aumento da área de venda disponível em mais de 7% ao longo dos 2 últimos anos. Este acréscimo, correspondente a cerca de 90.000 de m², traduz-se numa natural redistribuição da quota de mercado nas localidades onde se estabelece uma nova unidade comercial, antevendo-se que esta tendência se venha a agravar à medida que se concretizam as licenças de abertura atribuídas no âmbito do novo regime de licenciamento comercial.

No Brasil, o contexto de mercado mais recente ficou marcado por uma forte instabilidade política e pela desaceleração do ritmo de crescimento económico do país para níveis próximos de 3%. Tal como em trimestres anteriores, o desempenho da economia mantém-se muito assente no dinamismo do sector exportador, na medida em que a procura interna se apresenta muito penalizada pelas elevadas taxas de juro.

Apesar dos bons indicadores globais do país e das recentes reduções da taxa de juro de mercado para valores em torno dos 19%, o facto da inflação brasileira rondar os 5%, torna este referencial de financiamento como um dos mais elevados em termos reais no panorama financeiro internacional. Tal facto perpetua um forte ónus sobre consumidores e investidores locais, especialmente penalizante para a Modelo Continente que não só se confronta com uma procura de mercado aquém do seu potencial, como concorre com um segmento informal fortemente enraizado.

Desenvolvimento da actividade

O volume de vendas brutas da Modelo Continente totalizou nos primeiros 9 meses do ano 3.280 milhões de euros, variando 12% face a período homólogo de 2004.

Nos primeiros nove meses do ano o portfólio de formatos da Modelo Continente em Portugal registou um volume de vendas brutas de 2.186 milhões de euros, crescendo 4% face a idêntico período de 2004. Este valor incorpora um crescimento global de 2% do conjunto de lojas de base alimentar, especialmente atingidas pelo acréscimo de concorrência, e um aumento de mais de 10% do volume de negócios das cadeias de retalho especializado.

No período em análise, as vendas brutas da Modelo Continente no mercado brasileiro totalizaram 3.4 mil milhões de Reais. Este valor representa um crescimento de 12% em moeda local, já após a alienação de um conjunto de 10 hipermercados Big na área metropolitana de São Paulo. Este valor traduz um crescimento de 18% no parque actual de lojas da empresa, e continua a evidenciar a evolução positiva da actividade operacional da Modelo Continente naquele mercado - nomeadamente quando comparado com o referencial médio do sector e dos principais concorrentes. Quando convertido em moeda europeia, o volume de vendas brutas totalizou 1.094 milhões de Euros, crescendo 30% após a incorporação da apreciação da cotação média do Real face ao Euro que no período se situou em 18%.

O cash-flow operacional acumulado da empresa totalizou 191 milhões de Euros, representando 6,8% das vendas líquidas. Este montante é 7 milhões de Euros superior ao do ano anterior, e incluiu o impacto resultante da referida alienação de lojas no Brasil.

Para o mesmo período, o cash-flow operacional relativo à operação em Portugal situou-se em 137 milhões de Euros, alcançando um rácio sobre vendas líquidas de 7,1%. Este rácio, sendo inferior ao registado no período homólogo de 2004, traduz o acréscimo da actividade promocional da empresa como resposta a uma maior concorrencialidade no mercado, bem como às condições económicas do país que influenciaram um andamento menos positivo do lado da procura.

O cash-flow operacional referente à actividade da Modelo Continente no Brasil totalizou 54 milhões de Euros (6,0% das vendas líquidas), variando 19 milhões de Euros face a igual período do ano passado. Este acréscimo ficou sobretudo a dever-se à alienação do conjunto de lojas referida anteriormente.

Desenvolvimento do programa de expansão

A Modelo Continente finalizou o mês de Setembro de 2005 com um parque de 480 lojas, num total de 845.000 m2 de área de venda.

Em Portugal, no decurso dos meses em análise, o esforço de expansão da empresa concretizou-se na abertura de cerca de 40.000 novos m2 de área de venda, correspondente a 5 novas unidades de base alimentar e 33 lojas de retalho não alimentar. Este esforço permitiu à Modelo Continente finalizar o mês de Setembro com um parque de 320 lojas no mercado português, num total de 473.000 m2 de área de venda.

No Brasil o parque de lojas da empresa contava com 160 unidades e 372.000 m2 de área de venda neste país, com uma forte representatividade e posição competitiva nos 3 estados mais a Sul do Brasil.

Análise financeira e da estrutura de capitais

A Modelo Continente encerrou o terceiro trimestre de 2005 com um volume de vendas líquidas de 2.814 milhões de Euros, correspondente a um acréscimo de 11% face a período homólogo de 2004.

O cash-flow operacional acumulado da empresa totalizou 191 milhões de Euros, representando 6,8% das vendas líquidas. Este montante é 7 milhões de Euros superior ao do ano anterior, e incluiu o impacto resultante da referida alienação de lojas no Brasil.

O resultado consolidado líquido acumulado no período atingiu 65 milhões de Euros, situando-se no mesmo patamar do valor homólogo de 2004. Este montante beneficia uma vez mais de uma redução dos encargos financeiros em 5 milhões de Euros, fruto da conjugação de uma diminuição do custo médio da dívida e da redução do nível de endividamento financeiro líquido para um valor próximo de 700 milhões de euros.

Esta nova redução da dívida, aliada à recente reestruturação do financiamento da empresa que permitiu um alargamento significativo da maturidade do seu endividamento, contribuiu para um reforço adicional da solidez da estrutura financeira da Modelo Continente.

Perspectivas

Em Portugal, a prossecução das linhas estratégicas da empresa concretizar-se-á num extenso plano de abertura de novas unidades no futuro próximo, com destaque para os hipermercados Continente de Loures e Covilhã, bem como 2 centros comerciais Modelo a abrir até ao final do ano. Este esforço de investimento passará igualmente pela manutenção de uma atitude proactiva de identificação e licenciamento de novas localizações destinado ao portfólio de formatos actuais, bem como à implantação de novos conceitos de negócio que partem da base de activos e competências que a empresa reconhecidamente detém no mercado português.

O desenvolvimento da empresa passará igualmente por uma atitude de forte inovação e de crescente focalização no cliente, bem como por uma atenção muito especial à optimização dos processos internos de negócio. Neste campo, destaque para a renovação da imagem da marca Continente, consonante com o propósito de permanente modernidade e inovação que têm caracterizado a actuação da Modelo Continente no mercado português.

No que respeita à operação da Modelo Continente no Brasil, a avaliação da empresa mantém-se em linha com o afirmado anteriormente: após uma fase inicial de forte investimento para obtenção de massa crítica e da fase subsequente de aprofundamento do conhecimento de mercado, de maior experiência operativa e de afinação de conceitos, a empresa manterá uma perspectiva realista sobre onde é justificado reforçar, manter ou diminuir a presente alocação de capital empregue por *cluster* de activos.

Matosinhos, 28 Outubro de 2005

O Conselho de Administração,

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2005 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2005 E 2004

ACTIVO	Notas	IFRS 30-09-05	IFRS 31-12-04	POC 31-12-04
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	7	1.295.363.257	1.194.149.971	1.246.965.252
Diferenças de consolidação	8	346.025.017	265.293.994	
Investimentos	9	18.078.609	49.104.992	41.221.322
Impostos diferidos activos	12	71.481.208	59.731.623	
Outros activos não correntes	10	52.898.117	44.528.376	44.528.377
Total de activos não correntes		<u>1.783.846.208</u>	<u>1.612.808.956</u>	<u>1.332.714.951</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências		456.992.549	387.517.766	387.517.766
Outros activos correntes	11	301.898.805	183.344.416	242.652.563
Investimentos	9	11.110.992	87.325.645	
Caixa e equivalentes de caixa	13	132.297.282	260.096.724	260.007.397
Total de activos correntes		<u>902.299.628</u>	<u>918.284.551</u>	<u>890.177.726</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>2.686.145.836</u>	<u>2.531.093.507</u>	<u>2.222.892.677</u>
<hr/> CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO <hr/>				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	14	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Reservas e Resultados Transitados		(309.770.691)	(576.996.940)	(776.614.877)
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa- Mãe		64.520.241	119.088.499	114.415.880
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		<u>854.749.550</u>	<u>642.091.559</u>	<u>437.801.003</u>
Interesses Minoritários	15	8.295.860	7.331.008	18.860.054
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>863.045.410</u>	<u>649.422.567</u>	<u>456.661.057</u>
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos	16	753.373.300	607.526.175	609.175.306
Outros passivos não correntes	18	58.228.778	44.338.488	55.634.373
Impostos diferidos passivos	12	45.796.812	43.623.446	
Provisões	21	24.873.718	17.251.593	17.237.462
Total de passivos não correntes		<u>882.272.608</u>	<u>712.739.702</u>	<u>682.047.141</u>
PASSIVOS CORRENTES:				
Empréstimos	16	105.043.952	251.603.218	157.278.460
Outros passivos correntes	20	834.436.139	916.684.825	926.440.178
Provisões	21	1.347.727	643.195	465.841
Total de passivos correntes		<u>940.827.818</u>	<u>1.168.931.238</u>	<u>1.084.184.479</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>1.823.100.426</u>	<u>1.881.670.940</u>	<u>1.766.231.620</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>2.686.145.836</u>	<u>2.531.093.507</u>	<u>2.222.892.677</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em euros)					
	IFRS	IFRS	IFRS	IFRS	POC
	3ºTrimestre 05	30-09-05	3ºTrimestre 04	30-09-04	30-09-04
Notas		Acumulado ¹		Acumulado ¹	Acumulado
Proveitos operacionais:					
Vendas	1.019.755.348	2.813.606.426	935.823.025	2.533.607.951	2.532.102.713
Prestações de serviços	6.040.452	17.199.463	5.308.510	16.820.589	17.493.478
Outros proveitos operacionais	70.889.007	242.846.425	63.605.360	190.575.167	147.735.328
Total de proveitos operacionais	<u>1.096.684.807</u>	<u>3.073.652.314</u>	<u>1.004.736.895</u>	<u>2.741.003.707</u>	<u>2.697.331.519</u>
Custos operacionais:					
Custo das vendas	(806.424.592)	(2.227.152.506)	(739.414.154)	(1.987.316.694)	(1.986.330.981)
Fornecimentos e serviços externos	(108.389.699)	(300.077.261)	(95.039.403)	(268.463.558)	(264.879.847)
Custos com o pessoal	(104.183.666)	(304.741.082)	(84.808.828)	(261.817.185)	(262.279.251)
Amortizações e depreciações	7 (23.686.387)	(69.345.827)	(20.844.721)	(62.160.128)	(70.586.827)
Provisões e perdas por imparidade	21 (2.106.350)	(9.398.220)	(1.040.550)	(3.059.092)	(5.693.054)
Outros custos operacionais	(15.047.994)	(50.940.190)	(13.715.238)	(39.585.478)	(13.720.297)
Total de custos operacionais	<u>(1.059.838.688)</u>	<u>(2.961.655.086)</u>	<u>(954.862.894)</u>	<u>(2.622.402.135)</u>	<u>(2.603.490.257)</u>
Resultados operacionais	36.846.119	111.997.228	49.874.001	118.601.572	93.841.262
Resultados financeiros					
Resultados financeiros	(12.723.294)	(38.308.196)	(12.293.906)	(43.154.898)	(36.842.204)
Resultados relativos a empresas associadas	1.698.691	1.961.014	905.157	566.823	256.702
Resultados relativos a investimentos	64.500	(447.804)	105.000	105.141	17.108.306
Resultado antes de impostos	<u>25.886.016</u>	<u>75.202.242</u>	<u>38.590.252</u>	<u>76.118.638</u>	<u>74.364.066</u>
Imposto sobre o rendimento					
Imposto sobre o rendimento	25 (3.586.208)	(9.716.958)	(6.076.451)	(11.686.322)	(12.304.718)
Resultado depois de impostos	<u>22.299.808</u>	<u>65.485.284</u>	<u>32.513.801</u>	<u>64.432.316</u>	<u>62.059.348</u>
Resultado consolidado do trimestre					
	<u>22.299.808</u>	<u>65.485.284</u>	<u>32.513.801</u>	<u>64.432.316</u>	<u>62.059.348</u>
Atribuível a:					
Accionistas da Empresa-Mãe	21.731.564	64.520.241	31.846.930	63.153.056	60.887.787
Interesses Minoritários	15 568.244	965.043	666.871	1.279.260	1.171.561
Resultados por acção (básico e diluído)	26 0,02	0,06	0,03	0,06	0,06

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

1) Preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS)

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em euros)

	Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe			Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio	
	Capital Social	Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido			Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	1.100.000.000	(578.683.653)	-	521.316.347	11.214.733	532.531.080
Varição nas reservas						
Reservas de conversão	-	15.537.970		15.537.970	-	15.537.970
Reservas de cobertura	-	531.658		531.658	-	531.658
Outros	-	(5.373.041)		(5.373.041)	(5.845.921)	(11.218.962)
Resultado consolidado líquido do período de seis meses findo em 30 de Setembro de 2004	-	-	63.153.056	63.153.056	1.279.259	64.432.315
Saldo em 30 de Setembro de 2004	<u>1.100.000.000</u>	<u>(567.987.066)</u>	<u>63.153.056</u>	<u>595.165.990</u>	<u>6.648.071</u>	<u>601.814.061</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	1.100.000.000	(576.996.940)	119.088.499	642.091.559	7.331.008	649.422.567
Aplicação do resultado consolidado de 2004:						
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	119.088.499	(119.088.499)	-	-	-
Varição nas reservas						
Reservas de conversão	-	150.087.387		150.087.387	-	150.087.387
Reservas de cobertura	-	873.298		873.298	-	873.298
Outros	-	(2.822.935)		(2.822.935)	(191)	(2.823.126)
Resultado consolidado líquido do período de seis meses findo em 30 de Setembro de 2005			64.520.241	64.520.241	965.043	65.485.284
Saldo em 30 de Setembro de 2005	<u>1.100.000.000</u>	<u>(309.770.691)</u>	<u>64.520.241</u>	<u>854.749.550</u>	<u>8.295.860</u>	<u>863.045.410</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2005 E 30 DE SETEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em euros)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	30-09-05	30-09-04
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(33.536.471)</u>	<u>5.964.283</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		154.299	503.055
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		65.700.562	3.961.308
Juros e proveitos similares		13.424.087	12.173.229
Dividendos		64.641	105.141
Empréstimos concedidos		88.551.000	
Outros			557.764
		<u>167.894.589</u>	<u>17.300.497</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(20.002.532)	(46.044.747)
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		(145.506.999)	(105.172.145)
Empréstimos concedidos		(103.551.000)	(25.000.000)
Outros		-	-
		<u>(269.060.531)</u>	<u>(176.216.892)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(101.165.942)</u>	<u>(158.916.395)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		571.358.728	485.753.247
Outros		-	-
		<u>571.358.728</u>	<u>485.753.247</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(525.434.971)	(587.461.926)
Juros e custos similares		(48.886.205)	(44.634.417)
Dividendos		(74)	(67)
Outros			
		<u>(574.321.250)</u>	<u>(632.096.410)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(2.962.522)</u>	<u>(146.343.163)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>(137.664.935)</u>	<u>(299.295.275)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		<u>(4.845.297)</u>	<u>(393.901)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	<u>(255.709.319)</u>	<u>(321.380.521)</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	<u>122.889.681</u>	<u>22.479.147</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE SGPS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Modelo Continente”) tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 4 e 5 (“Grupo Modelo Continente”). Os negócios do Grupo e as áreas de actuação encontram-se descritos na Nota 28.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2005 conforme adoptadas pela União Europeia.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“POC”) para esse normativo é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pela IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Nos termos dessa norma os efeitos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e estão descritos na Nota 31, na qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 4 e 5) no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 2.11).

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras

consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subseqüentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica investimento financeiro em associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica resultados relativos a empresas associadas.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmemente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 5.

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas foram registadas na rubrica Diferenças de consolidação ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas (Nota 8). As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reservas de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constatadas no período são registadas na demonstração de resultados do período na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas foram reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

Diferenças de consolidação anteriores à data de transição

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados pelos activos incorpóreos não aceites pelos IFRS e objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados em resultados transitados, conforme IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente. As diferenças cambiais geradas no processo de conversão foram registadas em resultados transitados (IFRS 1).

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e resultados transitados. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	30.09.05		31.12.04	30.09.04	
	Final do período	Média do período	Final do período	Final do período	Média do período
Real brasileiro	0,37441	0,31947	0,27665	0,28281	0,27475

2.3. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10 a 15
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	5

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no período em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais.

2.4. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente a 5 anos, com excepção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

2.5. Locações

Situações em que o Grupo age como Locatário

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.6. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de imobilizado, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes e são creditados na demonstração de resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos activos adquiridos.

2.7. Imparidade dos activos não correntes, excepto Diferenças de consolidação

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.8. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados ou imputáveis à aquisição, construção ou produção de activos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.9. Existências

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade respectivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando como método de custeio o preço da última compra. Tendo em consideração a elevada rotação das mercadorias, o critério utilizado na sua valorização não diverge substancialmente da utilização do FIFO ou do custo médio ponderado.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor líquido de realização das existências, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais em Custo das vendas.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa

ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.11. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data do preço pago, no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração de resultados do período.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.8. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

e) Fornecedores

As dívidas a fornecedores são registadas pelo seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente, registados pelo seu valor, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída

em Reservas e resultados transitados são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos financeiros inerentes ao negócio (fundamentalmente, “forwards” de taxas de câmbio para cobertura de importações futuras), não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Adicionalmente, o Grupo procede também à contratação de derivados de taxa de juro e de taxa de câmbio com o objectivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado) a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

g) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, no balanço.

2.12. Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae e/ou das suas filiais cotadas.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de acções ou opções sobre acções remíveis em dinheiro. Quando não existe a opção de remição em dinheiro a responsabilidade é registada em custos com pessoal e em reservas de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.13. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, considerando o resultado intercalar e a taxa anual efectiva de imposto estimada.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto de resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.15. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos recebidos ou a receber são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos pelos sócios ou accionistas das empresas participadas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas

que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.16. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do período, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.11.f)).

2.17. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.18. Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e segmentos geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao rédito e resultado intercalar ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 28.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o período alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 30 de Setembro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido		Percentagem do Capital detido	
		30.09.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
<u>Empresa mãe</u>					
Modelo Continente SGPS, S. A.	Matosinhos				
<u>Modelo Continente</u>					
Best Offer – Prestação de Informações pela Internet, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bikini, Portal de Mulheres, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cacetinho – Comércio Retalhista e Expl. Centros Comerciais, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
e) Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%		
Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	Porto Alegre(Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Carnes do Continente – Industria e Distribuição Carnes, S.A.	Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
a) Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	-	-
Contifin - S.G.P.S., Lda	Matosinhos	89,90%	89,90%	89,90%	89,90%
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	Castelo Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Difusão - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Efanor – Design e Serviços, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Efanor - Industria de Fios, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, S.A.	Madeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozmassimo – Comércio e Indústria de Produtos Alimentares, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Global S Hipermercado, Lda.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IGI – Investimento Imobiliário, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
b) Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Firma	Sede Social	30.09.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Informeios - Projectos e Representações, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Infofield – Informática, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Inventory - Acessórios de Casa, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Maxoffice – Artigos e Serviços para Escritório, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
f) MJLF-Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%		
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, S.A.	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Modis International Trade, S.A.	Madrid(Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Investimentos Brasil, S.A.	São Paulo(Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
d) Modelo Investimentos Financeiros, Ltda.	Porto Alegre(Brasil)	100,00%	100,00%	-	-
Modis - Distribuição Centralizada, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modis, S.G.P.S., Lda	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ok Bazar - Comércio Geral, S.A.	Ermesinde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
c) Pinto Ribeiro – Supermercados, S.A.	Viana do Castelo	90,00%	90,00%	-	-
g) Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários de Fafe, S.A.	Maia	100,00%	100,00%		
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Soflorin, B.V.	Amsterdam(Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Distribuição Brasil, S.A.	Porto Alegre(Brasil)	97,67%	97,67%	96,56%	96,56%
a) Sonae Promotora de Vendas, Ltda	Porto Alegre(Brasil)	100,00%	100,00%	-	-
Sonae Retalho Espanha – Servicios Generales, S.A.	Madrid(Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sondis, B.V.	Amsterdam(Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sondis Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonvecap, B.V.	Amsterdam(Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sport Zone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Distrifin - Comercio y Prestacion de Servicios, S.A.	Madrid(Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SRE - Projectos e Consultadoria, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Todos os Dias – Comércio Ret. E Explor.Centros Comerciais, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

- a) Alteração de denominação social, adquirida durante o primeiro semestre de 2005
- b) Filial alienada em 20 de Junho de 2005.
- c) Filial adquirida em 30 de Junho de 2005.
- d) Filial criada em 13 de Abril de 2004 e inactiva até Maio de 2005.
- e) Filial adquirida em 30 de Junho de 2005.
- f) Filial adquirida em 26 de Julho de 2005.
- g) Filial adquirida em 11 de Julho de 2005.
- h) Filial adquirida em 27 de Julho de 2005.

5. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 30 de Setembro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido		Percentagem do Capital detido	
		30.09.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
Star-Viagens e Turismo, S.A.	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
a) Sonae Retalho Especializado, S.G.P.S., S.A.	Maia	-	-	49,90%	49,90%
Sonaegest-Soc. Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Maia	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%
Sempre a Postos-Produtos Alimentares e Utilidades, S.A.	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2.b).

a) Associada alienada em 28 de Junho de 2005.

6. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As principais aquisições e alienações de empresas ocorridas no período findo em 30 de Setembro de 2005 foram as seguintes:

Aquisições

Firma	Sede Social	Capital detido		Capital detido	
		30.09.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	-	-
Pinto Ribeiro - Supermercados, S.A.	Viana do Castelo	90,00%	90,00%	-	-
Canasta-Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	-	-
MJLF-Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	-	-
Selifa-Soc. de Empreend. Imobiliários de Fafe, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	-	-

Efeito das aquisições e alienações

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Setembro de 2005:

	Valor Contabilístico	Imputação Justo Valor	Justo Valor Data Aquisição	Justo Valor 30-09-2005
Activos Líquidos adquiridos				
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	2.571.058	5.869.632	8.440.690	13.257.223
Existências	489.222		489.222	186.619
Outros activos correntes	729.261		729.261	943.296
Caixa e equivalentes a caixa	979.090		979.090	683.153
Impostos diferidos	566.658	(1.525.076)	(958.418)	(864.972)
Empréstimos	(592.712)		(592.712)	(239.376)
Outros passivos	(5.873.752)		(5.873.752)	(11.022.049)
	<u>(1.131.175)</u>	<u>4.344.556</u>	<u>3.213.381</u>	<u>2.943.894</u>
Diferenças de consolidação (Nota 8)			3.358.961	
Preço de aquisição			<u>6.572.342</u>	
Pagamentos efectuados			6.391.787	
Montantes a pagar no futuro			180.555	
			<u>6.572.342</u>	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição				
Pagamentos efectuados			6.391.787	
Caixa e equivalentes a caixa adquiridos			(979.090)	
			<u>5.412.697</u>	

Os impactos das aquisições na demonstração dos resultados consolidados foram os seguintes:

Proveitos operacionais	486.815
Custos operacionais	<u>(717.886)</u>
Resultado financeiro	<u>(55.649)</u>
Resultado antes impostos	(286.720)
Imposto sobre o rendimento	<u>(17.233)</u>
Resultado líquido	<u><u>(269.487)</u></u>

Alienações

Firma	Sede Social	Capital detido		Capital detido	
		30.09.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%

Os activos líquidos das filiais alienadas na data da alienação e em 31 de Dezembro de 2004 são os seguintes:

	Data da alienação	31.12.2004
Activos líquidos alienados		
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	6.108.843	
Outros activos correntes	168	22.500.900
Caixa e equivalentes a caixa	325.142	1.051
Outros passivos	<u>(6.337.462)</u>	<u>(20.996.620)</u>
	<u>96.691</u>	<u>1.505.331</u>
Ganho ou perda na alienação	5.309	
Preço da alienação	<u>102.000</u>	
Recebimentos efectivados	102.000	
Montantes a pagar no futuro	<u>102.000</u>	
Fluxo de caixa líquido decorrente da alienação		
Recebimentos efectivados	102.000	
Caixa e equivalentes a caixa alienados	<u>(325.142)</u>	
	<u>(223.142)</u>	

Os resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do período até à data de alienação destas sociedades podem ser detalhados como segue:

	Data	31.12.2004
	Alienação	
Proveitos operacionais	-	3.000.978
Custos operacionais	(10.740)	(20.938)
Resultado financeiro	60.778	<u>(797.857)</u>
Resultado antes impostos	50.038	2.182.183
Imposto sobre o rendimento	<u>(13.761)</u>	<u>(393.933)</u>
Resultado líquido	<u>36.277</u>	<u>1.788.250</u>

7. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2005, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Imobilizações corpóreas

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento Transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Taras e vasilhame	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizado em curso a)	Adiantamentos Imobilizado corpóreo b)	Total corpóreo
Activo bruto:										
Saldo inicial	828.855.869	556.452.919	17.713.519	118.774.183	4.576.316	251.533	1.892.005	33.632.508	27.621.815	1.589.770.667
Variações do perímetro de consolidação	1.871.232	1.240.676	64.413	121.028			-	(557.521)	(212.625)	2.527.203
Investimento	18.975.496	10.073.976	886.365	3.244.216	26.655		-	89.071.905		122.278.613
Desinvestimento (c)	(43.200.662)	(26.371.576)	(832.160)	(3.859.872)	(30.710)	(225)		(602.858)		(74.898.063)
Efeito da conversão cambial	34.968.727	66.997.751	1.552.130	10.270.037				1.180.115	169.337	115.138.097
Transferências	37.689.360	27.314.358	976.160	2.734.732	962.637		(10.365)	(48.951.278)	(21.978.180)	(1.262.576)
Saldo final	879.160.022	635.708.104	20.360.427	131.284.324	5.534.898	251.308	1.881.640	73.772.871	5.600.347	1.753.553.941
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas										
Saldo inicial	112.412.641	255.785.555	14.475.941	64.929.062	3.305.830	251.533	1.875.357	-	-	453.035.919
Variações do perímetro de consolidação	122.214	225.992	22.790	24.728			-			395.724
Depreciação do período	11.439.338	37.769.713	1.080.187	9.946.694	502.773		8.406	-	-	60.747.111
Desinvestimento	(4.495.243)	(9.019.657)	(564.767)	(2.220.865)	(29.506)	(225)		-	-	(16.330.263)
Efeito da conversão cambial	4.606.495	26.993.275	992.351	5.321.258				-	-	37.913.379
Transferências	130.929	(195.119)	1.532	(315.064)	(8.751)		(13.830)	-	-	(400.303)
Saldo final	124.216.374	311.559.759	16.008.034	77.685.813	3.770.346	251.308	1.869.933	-	-	535.361.567
Valor líquido	754.943.648	324.148.345	4.352.393	53.598.511	1.764.552	-	11.707	73.772.871	5.600.347	1.218.192.374

Imobilizações incorpóreas

	Despesas de desenvolvimento	Propriedade Indust. e outros direitos	Software	Trespases	Outras Imobilizações Incorpóreas	Imobilizado em curso a)	Adiantamentos Imobilizado incorpóreo	Total incorpóreo
Activo bruto:								
Saldo inicial	233.669	5.011.725	80.410.148	11.679.303		3.681.438		101.016.283
Variações do perímetro de consolidação								-
Investimento		10.338.817	1.277.955			13.531.365		25.148.137
Desinvestimento		(116.726)	(11.583)			(75.900)		(204.209)
Efeito da conversão cambial		2.362.364	2.604.351					4.966.715
Transferências/Abates		659.479	2.379.169			(2.796.443)		242.205
Saldo final	233.669	18.255.659	86.660.040	11.679.303	-	14.340.460	-	131.169.131
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								
Saldo inicial	22.903	1.989.451	32.099.533	9.489.173				43.601.060
Variações do perímetro de consolidação								-
Depreciação do período	35.050	967.421	6.920.506	675.739				8.598.716
Desinvestimento		(897)	(9.467)					(10.364)
Efeito da conversão cambial		180.325	1.625.513					1.805.838
Transferências/Abates		4.456	(1.458)					2.998
Saldo final	57.953	3.140.756	40.634.627	10.164.912	-	-	-	53.998.248
Valor líquido	175.716	15.114.903	46.025.413	1.514.391	-	14.340.460	-	77.170.883

a) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Imobilizado em curso corpóreo e incorpóreo”, referem-se aos seguintes projectos:

Remodelação e Expansão de lojas em Portugal	31.739.411
Remodelação e Expansão de lojas no Brasil	6.281.791
Novos projectos em Portugal	48.096.038
	<u>86.117.240</u>

b) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas”, referem-se fundamentalmente aos seguintes projectos:

Projectos lojas Continente e Modelo	4.556.126
Projectos lojas Brasil	1.044.221
	<u>5.600.347</u>

c) Os valores mais significantes na rubrica “desinvestimento” referentes a Terrenos e Edifícios e Equipamento Básico são referentes à alienação pela Sonae Distribuição Brasil, S.A. de um conjunto de 10 estabelecimentos comerciais que explorava sob a insígnia Big, no Estado de S. Paulo, Brasil. A alienação representou um encaixe financeiro de, aproximadamente, 326 milhões de Reais e uma mais valia consolidada de, aproximadamente, 29 milhões de euros.

8. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2005, o movimento ocorrido nas diferenças de consolidação, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Diferenças de Consolidação Positivas
Valor Bruto:	
Saldo inicial	265.293.994
Novas empresas no consolidado (Nota 6)	3.358.961
Varição cambial	77.372.062
Saldo final	346.025.017

As diferenças de consolidação não são amortizadas. São efectuados testes de imparidade das diferenças de consolidação com periodicidade anual.

9. INVESTIMENTOS

Em 30 de Setembro de 2005 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	Investimentos	
	Não correntes	Correntes
<u>Investimentos em associadas</u>		
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	40.590.323	-
Aquisições durante o período	7.028.356	-
Alienações durante o período	(31.868.885)	-
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	1.574.632	-
Saldo em 30 de Setembro de 2005	17.324.426	-
<u>Investimentos disponíveis para venda</u>		
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	1.224.596	-
Saldo em 30 de Setembro de 2005	1.224.596	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 21)	(470.413)	-
	754.183	-
<u>Instrumentos Financeiros derivados (Nota 17)</u>		
Justo valor em 1 de Janeiro de 2005		87.325.645
Aumento/(diminuição) no justo valor		(76.214.653)
Justo valor em 30 de Setembro de 2005	-	11.110.992
<u>Adiantamentos para Investimentos Financeiros</u>		
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	7.760.486	-
Aquisições concretizadas durante o período	(8.665.545)	-
Efeito da actualização cambial	905.059	-
Saldo em 30 de Setembro de 2005	-	-
	18.078.609	11.110.992

Os investimentos em associadas incluem diferenças de consolidação no valor de 8.875.168 euros (8.176.661 euros em 31 de Dezembro de 2004).

Durante o primeiro semestre foi alienada a associada Sonae Retalho Especializado, S.G.P.S., S.A. a uma filial da Sonae, S.G.P.S.

O valor registado em investimentos disponíveis para venda corresponde fundamentalmente a acções em empresas não cotadas e cujo justo valor não foi estimado por não ser mensurável de forma fiável pelo que estes investimentos se mantêm ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

10. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros activos não correntes em 30 de Setembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

	<u>30.09.05</u>	<u>31.12.04</u>
Clientes e outros devedores	48.943.727	39.353.115
Estado e outros entes públicos	3.954.390	5.175.261
	<u>52.898.117</u>	<u>44.528.376</u>

Os valores registados em Clientes e outros devedores não correntes, correspondem fundamentalmente a Depósitos judiciais efectuados por uma filial brasileira (Nota 18).

11. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 30 de Setembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

	<u>30.09.05</u>	<u>31.12.04</u>
Clientes	35.202.330	32.811.602
Estado e outros entes públicos	42.223.145	33.889.426
Outros devedores	201.628.635	129.966.237
Adiantamentos a fornecedores	58.643	9.210
Outros empréstimos concedidos (Nota 24)	15.000.000	
Outros activos correntes	<u>26.841.485</u>	<u>6.253.423</u>
	320.954.238	202.929.898
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 21)	<u>(19.055.433)</u>	<u>(19.585.482)</u>
	<u>301.898.805</u>	<u>183.344.416</u>

A rubrica Outros devedores é constituída essencialmente por: (i) operações de vendas a crédito, maioritariamente efectuadas no Brasil, através de cheques pré-datados, bem como por valores a receber relativos a vendas efectuadas que foram liquidadas pelos clientes através de cartões de crédito e que foram reembolsados pelas instituições financeiras durante Outubro de 2005; (ii) valores a receber relativos a imóveis alienados no final de 2004; (iii) saldos devedores de fornecedores; e (iv) valores a receber relativos à venda da participação de uma filial.

12. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 30 de Setembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	<u>Impostos diferidos activos</u>		<u>Impostos diferidos passivos</u>	
	<u>30.09.05</u>	<u>31.12.04</u>	<u>30.09.05</u>	<u>31.12.04</u>
Imputação do justo valor em aquisição filiais (Nota 6)	-	-	1.588.037	-
Homogeneização de amortizações	1.680.886	1.291.601	35.004.905	33.101.789
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	3.503.283	3.429.033	-	-
Anulação de imobilizações	10.715.142	11.681.306	-	-
Anulação de custos diferidos	50.749	211.763	-	-
Valorização de instrumentos derivados	2.372.635	3.670.378	2.398.046	3.593.966
Mais/menos-valias reinvestidas	-	-	3.747.346	3.808.597
Reavaliações de imobilizado corpóreo reintegrável	-	-	3.058.478	3.119.094
Prejuízos fiscais reportáveis	53.158.513	39.447.542	-	-
	<u>71.481.208</u>	<u>59.731.623</u>	<u>45.796.812</u>	<u>43.623.446</u>

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam impostos diferidos activos por prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2004 e utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização			
Gerados em 1999	59.925	16.479	2005
Gerados em 2000	800.575	220.158	2006
Gerados em 2001	3.003.074	825.846	2007
Gerados em 2002	11.783.165	3.240.370	2008
Gerados em 2003	8.262.433	2.272.169	2009
Gerados em 2004	1.354.651	372.529	2010
	<u>25.263.823</u>	<u>6.947.551</u>	
Sem limite de data de utilização			
Gerados em 1999	20.073.303	3.498.798	
Gerados em 2000	29.235.545	4.219.443	
Gerados em 2001	10.260.994	1.215.915	
Gerados em 2002	139.437.889	23.565.835	
	<u>199.007.731</u>	<u>32.499.991</u>	
	<u>224.271.554</u>	<u>39.447.542</u>	

Durante o semestre findo em 30 de Setembro de 2005 a valorização do real face ao euro naquele período provocou um aumento da rubrica de activos por impostos diferidos relacionado com os prejuízos gerados no Brasil de, aproximadamente 11.478.000 euros.

13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de Setembro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	30.09.05	31.12.04
Numerário	2.154.731	1.943.338
Depósitos bancários	130.142.551	245.778.386
Aplicações de tesouraria	-	12.375.000
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	132.297.282	260.096.724
Descobertos bancários (Nota 16)	(9.407.601)	(4.387.405)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>122.889.681</u>	<u>255.709.319</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

14. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Setembro de 2005, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.100.000.000 acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma. Nessa data a sociedade e suas filiais não detinham acções próprias.

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 30 de Setembro de 2005:

Entidade	%
Sonae, S.G.P.S, S.A.	75,64
Banco Santander Totta, S.A.	22,42

15. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante o período findo em 30 de Setembro de 2005 foram os seguintes:

	30.09.05
Saldo inicial em 1 de Janeiro	7.331.008
Variações de capitais próprios das empresas filiais	(191)
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	965.043
Saldo final em 30 de Setembro	8.295.860

16. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Setembro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	30.09.05				31.12.04			
	Valor Contabilístico		Valor nominal		Valor Contabilístico		Valor nominal	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários	53.413.897	18.390.912	53.291.931	18.377.190	152.980.383	281.585.260	152.980.383	297.175.551
Empréstimos obrigacionistas	-	592.058.153	-	597.000.000	-	177.958.653	-	182.000.000
Outros empréstimos		133.364.792		129.999.755		134.888.140		129.999.755
Descobertos bancários (Nota 13)	9.407.601		9.407.601	-	4.387.405	-	4.387.405	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 17)	38.520.279				92.486.786			
	101.341.777	743.813.857	62.699.532	745.376.945	249.854.574	594.432.053	157.367.788	609.175.306
Credores por locações financeiras	3.702.175	9.559.443	3.702.175	9.559.444	1.748.644	13.094.122	1.748.644	13.094.122
	105.043.952	753.373.300	66.401.707	754.936.389	251.603.218	607.526.175	159.116.432	622.269.428

Os empréstimos são reembolsáveis nos seguintes anos:

	30.09.05	31.12.04
2005	58.503.908	168.593.078
2006	149.795.973	422.001.628
2007	9.380.022	3.675.959
2008	2.628.379	1.680.863
2009	102.096.921	101.588.042
2010	266.932.893	1.846.290
Após 2010	232.000.000	82.000.000
	821.338.096	781.385.860

Empréstimos Obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

Modelo Continente / 2003	82.000.000
Modelo Continente / 2004	100.000.000
Modelo Continente / 2005/2010	265.000.000
Modelo Continente / 2005/2012	150.000.000

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE / 2003

1.640.000 obrigações - Valor Nominal: 50 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual:

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,75% a.a.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 15 de Abril e em 15 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE /2004

10.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual:

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 1,15% a.a.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 18 de Março e em 18 de Setembro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março 2009. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE / 2005/2010

265 000 obrigações - Valor Nominal: 1.000 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,70% a.a.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 3 de Fevereiro e em 3 de Agosto de cada ano.

Reembolso: - Será amortizado ao seu valor nominal, no final do 5º ano de vida do empréstimo, ou seja, em 3 de Agosto de 2010, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado:(Call-Option) - O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente total ou parcialmente por redução ao valor nominal das obrigações, no 2º, 3º ou 4º ano de vida do empréstimo, mediante o pagamento de um prémio de 0,125% sobre o valor reembolsado.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE / 2005/2012

15.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 7 (sete) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,85%.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 14º cupão, ou seja, em 2 de Agosto de 2012, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado: (Call-Option) - O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, total ou parcialmente por redução ao valor nominal das obrigações, nas datas de pagamento do 10º, 11º, 12º, 13º cupões.

Empréstimos Bancários – não correntes

Inclui:

a) Empréstimo bancário obtido junto de uma instituição financeira, no valor de euro 4.000.000 com reembolso até 2007 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado. Actualmente encontram-se classificados como não correntes 2.800.000 euro e o restante como corrente;

b) Empréstimos obtidos no Brasil no valor nominal de 41.604.632 reais (15.577.190 euros) com reembolsos até 2010 e pagamentos de juros mensais calculados com base em taxas de mercado.

Outros empréstimos – não correntes

Em 30 de Setembro de 2005 esta rubrica corresponde a um empréstimo concedido por uma entidade externa, o qual vence juros a taxas de mercado e será reembolsado em 2006.

Para efeito de apresentação de contas e dado que este empréstimo tem associado uma aplicação sem risco no montante de 27.500.000 euros, cuja maturidade é idêntica à do

empréstimo, a Empresa optou por apresentar no balanço anexo o valor da dívida (157.499.755 euros) líquidos da referida aplicação financeira, por ter a capacidade legal de o efectuar.

Adicionalmente o valor contabilístico do empréstimo inclui 3.365.037 euros (4.888.385 euros em 31 de Dezembro de 2004) relativo a operação de cobertura de justo valor através da contratação de swaps de taxa de juro (Nota 17), líquido do efeito de juros especializados com estas operações de cobertura, bem como custos de montagem desta estrutura de financiamento.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

O Grupo utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, por forma a efectuar a cobertura de fluxos de caixa futuros.

Desta forma o Grupo contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio e opções de compra e venda de divisas, por forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposto.

Em 30 de Setembro de 2005, o justo valor dos instrumentos derivados, calculado tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é estimado como segue:

	<u>30.09.05</u>	<u>31.12.04</u>
Activos	263.195	307.485
Passivos		(573)
	<u>263.195</u>	<u>306.912</u>

Os ganhos e perdas do período associados à variação do justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura, no montante de 573 euros, foram registados directamente na demonstração de resultados na rubrica de resultados financeiros.

O Grupo procedeu ainda à alienação de opções de compra de moeda como forma de cobertura de justo valor das opções de compra de moeda adquiridas implícitas em empréstimos obtidos. O justo valor estimado destas opções, o qual é idêntico ao justo valor estimado das opções cobertas ascendia a 4.702.733 euros (5.494.113 euros em 31 de Dezembro de 2004), tendo sido objecto de registo os correspondentes activo e passivo.

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo existentes em 30 de Setembro de 2005, respeitam, fundamentalmente, a “swaps” contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 140.000.000 euros (140.000.000 euros em 31 de Dezembro de 2004), no entanto o passivo subjacente foi reembolsado antecipadamente neste período, assim, de acordo com as principais políticas contabilísticas adoptadas, estes derivados deixaram de ser classificados como instrumentos de cobertura.

O justo valor ascende a:

	<u>30.09.05</u>	<u>31.12.04</u>
Passivos	<u>(1.158.307)</u>	<u>(1.204.549)</u>
	<u>(1.158.307)</u>	<u>(1.204.549)</u>

Estes instrumentos de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e avaliações externas quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos “cash-flows” futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do “leg” fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do “leg” variável do instrumento derivado.

Seleção das contrapartes dos derivados com base na solidez financeira e no perfil de risco de crédito da mesma, sendo, esse perfil de risco mensurado normalmente através de nota de rating atribuída por empresas de rating de reconhecido mérito. As contrapartes dos derivados são Instituições Financeiras de primeira linha de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional.

Adicionalmente, o Grupo contratou derivados de taxa de juro (swaps de taxa de juro) com o objectivo de cobrir o justo valor de determinados empréstimos de taxa fixa. O justo valor destes derivados foi registado por contrapartida da demonstração de resultados, tendo, na parcela eficaz de cobertura, sido ajustado o valor dos respectivos empréstimos cobertos os quais estão registados de acordo com o custo amortizado. O justo valor destes instrumentos derivados ascende a 6.145.064 euros (8.823.290 euros em 31 de Dezembro de 2004).

Derivados de taxa de juro e taxa de câmbio

Em 30 de Setembro de 2005 o Grupo mantinha contratados instrumentos derivados que incorporam gestão do risco de taxa de câmbio e do risco de taxa de juro. Destinam-se fundamentalmente a eliminar a volatilidade do activo ou passivo coberto e dos respectivos juros originada por variações das taxas de câmbio; pressupõem a troca da taxa de juro associada ao instrumento coberto por uma taxa de juro de mercado para activos ou passivos denominados na moeda local da subsidiária que detêm os instrumentos.

No sentido de garantir o cumprimento dos objectivos da cobertura é assegurado que as variáveis fundamentais do instrumento derivado são as mesmas do instrumento coberto, nomeadamente no que respeita ao valor nominal, datas de troca de fluxos e períodos de contagem de juros.

Estes instrumentos de cobertura encontram-se avaliados ao justo valor, à data do balanço, determinado de acordo com os critérios aplicados na avaliação dos restantes instrumentos derivados detidos pelo Grupo.

Em 30 de Setembro de 2005, o justo valor destes instrumentos de cobertura ascendia a (32.659.239) euros e destinam-se a cobrir o justo valor do passivo coberto.

	<u>30.09.05</u>	<u>31.12.04</u>
Activos		72.700.757
Passivos	<u>(32.659.239)</u>	<u>(85.787.551)</u>
	<u>(32.659.239)</u>	<u>(13.086.794)</u>

Justo valor de instrumentos derivados financeiros

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	<u>Activos (Nota 9)</u>		<u>Passivos (Nota 16)</u>	
	<u>30.09.05</u>	<u>31.12.04</u>	<u>30.09.05</u>	<u>31.12.04</u>
Derivados de especulação		-	1.158.307	573
Derivados de cobertura	<u>11.110.992</u>	<u>87.325.645</u>	<u>37.361.972</u>	<u>92.486.213</u>
	<u>11.110.992</u>	<u>87.325.645</u>	<u>38.520.279</u>	<u>92.486.786</u>

18. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Setembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	30.09.05	31.12.04
Empresas participantes (Nota 24)	16.394.187	14.325.652
Outras dívidas a terceiros não correntes	38.320.756	28.358.606
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 19)	3.513.835	1.654.230
	<u>58.228.778</u>	<u>44.338.488</u>

A rubrica Outras dívidas a terceiros não correntes corresponde essencialmente aos montantes estimados para cumprir com as obrigações judiciais e fiscais da filial brasileira que são considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas dos processos fiscais e judiciais em curso e para os quais existem depósitos judiciais registados na rubrica Clientes e Outros devedores não correntes (Nota 10).

19. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM ACÇÕES

O Grupo Modelo Continente concedeu, em 2005 e em anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Modelo Continente na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos são valorizadas nos termos da nota 2.12 e em 30 de Setembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 podem ser resumidas como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Justo Valor	
				30.09.05	31.12.04
Acções					
	2002	2005	40		950.383
	2003	2006	40	2.220.204	1.817.349
	2004	2007	49	1.809.030	1.327.994
	2005	2008	41	1.693.520	
Total				<u>5.722.754</u>	<u>4.095.726</u>

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 30 de Setembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas, desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

Registado em outros passivos não correntes	3.513.835	1.654.230
Registado em outros passivos correntes		950.383
Registado em reservas	(1.654.230)	(1.239.372)
Valor registado em custos com pessoal	<u>1.859.605</u>	<u>1.365.241</u>

20. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Setembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	30.09.05	31.12.04
Fornecedores	667.571.470	754.894.097
Empresas participadas e participantes	83	766.498
Outros credores	36.617.054	43.864.945
Estado e outros entes públicos	26.774.388	39.336.757
Custos a pagar	100.775.305	74.171.575
Proveitos diferidos	2.697.839	2.700.570
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 19)		950.383
	<u>834.436.139</u>	<u>916.684.825</u>

A Sociedade concedeu aos accionistas de uma participada opções de venda de acções cuja concretização representa, conforme condições contratuais, um conjunto de responsabilidades assumidas no máximo global de 35,5 milhões de dólares americanos (aproximadamente 29,5 milhões de euros).

21. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante o período findo em 30 de Setembro de 2005 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos a)	Diminuições	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 9)	470.413	-	-	470.413
Perdas de imparidade acumuladas em activos correntes (Nota 11)	19.585.482	1.773.461	(2.303.510)	19.055.433
Provisões	17.894.788	13.898.285	(5.571.628) b)	26.221.445
	37.950.683	15.671.746	(7.875.138)	45.747.291

- a) Nos aumentos está incluído o valor de 6.260.216 euros, referente à variação cambial dos saldos iniciais, tendo sido contabilizado em Reservas de conversão, bem como 1.149.964 euros (3.599.600 reais) para eventuais custos a incorrer com a alienação de lojas no Brasil (Nota 7).
- b) Foi revertida uma provisão para cobertura de perdas acumuladas registadas por uma empresa associada no valor de (2.836.382) euros, bem como o valor de (643.194) euros relativo a reversão de provisões registado na rubrica de Outros proveitos operacionais.

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

A rubrica Provisões inclui o valor de 23.636.697 euros para processos judiciais duma filial do Brasil.

22. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	30.09.05	31.12.04
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	50.945.571 a)	36.080.134
por processos autárquicos em curso	8.355.903	7.782.492
Outras	4.788.768	4.638.101

- a) Inclui garantias de 27.257.082 euros relativos a processos de IRC, bem como garantias de 22.826.308 euros relativos a processos de IVA.

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 30 de Setembro de 2005 o Grupo não tinha assumido compromissos para a aquisição de imobilizado ou outro tipo de compromissos financeiros não reflectidos no balanço.

24. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transacções	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos		Juros auferidos		Juros suportados	
	30.09.05	30.09.04	30.09.05	30.09.04	30.09.05	30.09.04	30.09.05	30.09.04
Empresa - Mãe e filiais	600.273	453.342						
Empresas associadas	549.798	89.816	1.740.724	1.577.019				
Empresas participadas	31.683.207	32.279.821						
Empresas participantes	199.377	263.479	317.348	309.523	479.393	259.267	295.893	251.120
Outras partes relacionadas	10.880.642	12.076.622	74.461.042	61.506.442	399.378		50.909	
	<u>43.913.297</u>	<u>45.163.080</u>	<u>76.519.114</u>	<u>63.392.984</u>	<u>878.771</u>	<u>259.267</u>	<u>346.802</u>	<u>251.120</u>

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos			
	30.09.05	31.12.04	30.09.05	31.12.04	Obtidos		Concedidos	
					30.09.05	31.12.04	30.09.05	31.12.04
Empresa - Mãe	931.582	464.505		5.417				
Empresas associadas	367.676	143.572	211.742	84.586				
Empresas participadas	9.428.359	6.969.998	45.215					
Empresas participantes			86.284	210.018	15.825.654	14.325.652	15.000.000	
Outras partes relacionadas	56.321.417	36.762.645	25.861.029	22.844.299	568.533			
	<u>67.049.034</u>	<u>44.340.720</u>	<u>26.204.270</u>	<u>23.144.320</u>	<u>16.394.187</u>	<u>14.325.652</u>	<u>15.000.000</u>	<u>-</u>

Os montantes registados como empréstimos obtidos de empresas participantes correspondem a empréstimos obtidos de sócios de empresas subsidiárias os quais vencem juros à taxa de mercado.

25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no período de nove meses de 2005 e 2004 são detalhados como segue:

	30.09.05	30.09.04
Imposto corrente	10.020.950	10.283.847
Imposto diferido	(303.992)	1.402.475
	<u>9.716.958</u>	<u>11.686.322</u>

26. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do período, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	30.09.05	30.09.04
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	65.485.284	64.432.316
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>65.485.284</u>	<u>64.432.316</u>
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.100.000.000	1.100.000.000
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>1.100.000.000</u>	<u>1.100.000.000</u>
Resultados por acção (básico e diluído)	0,06	0,06

27. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 5 de Abril de 2005 não foram atribuídos dividendos.

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Os contributos dos principais segmentos para a Demonstração de Resultados consolidada do período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2005 e 2004 podem ser analisados como segue:

	euros		
30 de Setembro de 2005	Portugal	Brasil	Consolidado
<u>Proveitos operacionais</u>			
Vendas	1.920.633.661	892.972.765	2.813.606.426
Cash-flow operacional (EBITDA) a)	136.735.679	54.005.600	190.741.279
Resultados Operacionais (EBIT)	84.559.007	27.438.221	111.997.228
Nr. lojas	320	160	480
Área de venda ('000 m ²)	473	372	845
30 de Setembro de 2004	Portugal	Brasil	Consolidado
<u>Proveitos operacionais</u>			
Vendas	1.851.261.221	682.346.730	2.533.607.951
Cash-flow operacional (EBITDA) a)	148.331.403	35.489.389	183.820.792
Resultados Operacionais (EBIT)	99.858.089	18.743.483	118.601.572
Nr. lojas	281	167	448
Área de venda ('000 m ²)	433	431	864

a) Resultado operacional mais amortizações, depreciações mais provisões e perdas por imparidade

Os contributos dos principais segmentos para os Capitais Empregues no consolidado do primeiro semestre de 2005:

	euros		
30 de Setembro de 2005	Portugal	Brasil	Consolidado
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	1.005.466.374	289.896.883	1.295.363.257
Diferenças de consolidação	49.698.570	296.326.447	346.025.017
Investimentos	10.708.401	7.370.207	18.078.608
Impostos diferidos activos	26.098.615	45.382.593	71.481.208
Existências	327.089.027	129.903.522	456.992.549
Outros activos	204.833.655	149.963.268	354.796.923
Impostos diferidos passivos	-39.840.075	-5.956.737	-45.796.812
Provisões	-1.237.021	-24.984.424	-26.221.445
Outros passivos	-673.824.845	-218.840.073	-892.664.918
Capitais empregues	908.992.701	669.061.686	1.578.054.387

Capitais empregues líquidos=Total do capital próprio+Dívida financeira líquida

Dívida financeira líquida=Empréstimos não correntes+Empréstimos correntes-Investimentos correntes-Caixa e equivalentes de c

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 30 de Setembro de 2005 não ocorreram factos relevantes.

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 28 de Outubro de 2005.

31. PRIMEIRA APLICAÇÃO DOS “INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS”

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) em 2005, aplicando para o efeito o “IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards”, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

O efeito, nos Balanços em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal (“POC”) para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor em 1 de Janeiro de 2004 pode ser detalhada como segue:

	1-01-04			31-12-04		
	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS
ACTIVOS NÃO CORRENTES:						
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	1,230,027,490	(62,106,228)	1,167,921,262	1,246,965,252	(52,815,281)	1,194,149,971
Diferenças de consolidação		252,692,088	252,692,088		265,293,994	265,293,994
Investimentos	35,452,413	6,897,823	42,350,236	41,221,322	7,883,670	49,104,992
Impostos diferidos activos		61,697,269	61,697,269		59,731,623	59,731,623
Outros activos não correntes	48,826,105	219,536	49,045,641	44,528,377	(1)	44,528,376
Total de activos não correntes	1,314,306,008	259,400,488	1,573,706,496	1,332,714,951	280,094,005	1,612,808,956
ACTIVOS CORRENTES:						
Existências	385,923,777		385,923,777	387,517,766		387,517,766
Outros activos correntes	163,620,370	(53,082,518)	110,537,852	242,652,563	(59,308,147)	183,344,416
Investimentos	136,079,991	109,969,542	246,049,533		87,325,645	87,325,645
Caixa e equivalentes de caixa	182,262,567	7,058	182,269,625	260,007,397	89,327	260,096,724
Total de activos correntes	867,886,705	56,894,082	924,780,787	890,177,726	28,106,825	918,284,551
TOTAL DO ACTIVO	2,182,192,713	316,294,570	2,498,487,283	2,222,892,677	308,200,830	2,531,093,507
CAPITAL PRÓPRIO:						
Capital social	1,100,000,000		1,100,000,000	1,100,000,000		1,100,000,000
Reservas e Resultados Transitados	(768,814,739)	190,131,087	(578,683,652)	(776,614,877)	199,617,937	(576,996,940)
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe			-	114,415,880	4,672,619	119,088,499
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe	331,185,261	190,131,087	521,316,348	437,801,003	204,290,556	642,091,559
Interesses Minoritários	30,592,482	(19,377,758)	11,214,724	18,860,054	(11,529,046)	7,331,008
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	361,777,743	170,753,329	532,531,072	456,661,057	192,761,510	649,422,567
PASSIVO:						
PASSIVOS NÃO CORRENTES:						
Empréstimos	591,051,863	17,973,125	609,024,988	609,175,306	(1,648,131)	607,527,175
Outros passivos não correntes	52,220,078	2,394,232	54,614,310	55,634,373	(11,295,885)	44,338,488
Impostos diferidos passivos		44,004,607	44,004,607		43,623,446	43,623,446
Provisões	5,838,834	3,498,779	9,337,613	17,237,462	14,131	17,251,593
Total de passivos não correntes	649,110,775	67,870,743	716,981,518	682,047,141	30,693,561	712,740,702
PASSIVOS CORRENTES:						
Empréstimos	327,807,132	(37,071)	327,770,061	157,278,460	94,324,758	251,603,218
Outros passivos correntes	842,560,421	77,921,310	920,481,731	926,440,178	(9,755,353)	916,684,825
Provisões	936,642	(213,741)	722,901	465,841	177,354	643,195
Total de passivos correntes	1,171,304,195	77,670,498	1,248,974,693	1,084,184,479	84,746,759	1,168,931,238
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	2,182,192,713	316,294,570	2,498,487,283	2,222,892,677	308,201,830	2,531,094,507

O detalhe dos ajustamentos efectuados com efeitos em capital próprio reportados a 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 para efeito de conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	Ajustamentos de conversão para IFRS	
	01.01.04	31.12.04
Ajustamentos às demonstrações financeiras POC		
Reposição no activo do valor líquido das diferenças de consolidação anuladas por reservas líquidas de perdas por imparidade	252.692.088	265.293.994
Ajustamentos de conversão para IFRS		
Divida líquida incluindo valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	12.531.386	9.504.431
Impostos diferidos na valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	6.383.037	76.412
Abate de imobilizações	(55.208.401)	(44.931.610)
Registo de impostos diferidos associados à conversão para IFRS	7.223.463	13.345.825
Consolidação de empresas anteriormente excluídas	2.092	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	(5.941.519)	(11.608.031)
Outros passivos correntes	(41.499.267)	(38.479.738)
Outros	(5.429.550)	(439.773)
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	(81.938.759)	(72.532.484)
Total dos ajustamentos	<u>170.753.329</u>	<u>192.761.510</u>

Os principais impactos da mudança para IFRS prendem-se com o tratamento das seguintes rubricas:

Diferenças de consolidação

Em IFRS, o normativo obriga a reconhecer o montante de goodwill decorrente das operações de aquisição e associação efectuadas pela empresa, expresso em moeda local no activo. Este montante é posteriormente traduzido para a moeda de referência do balanço, de acordo com a taxa de câmbio que vigora à data do balanço sendo as diferenças cambiais resultantes registadas em capitais próprios. Este procedimento difere da prática que a Modelo Continente vinha a adoptar e que, numa opção conservadora e conhecida do mercado, anulou, a partir de 2001, o goodwill apurado à data por contrapartida de reservas, a qual por si só já diferia da abordagem preconizada pelo POC.

As diferenças de consolidação originadas nas aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal reexpressos na moeda da subsidiária retrospectivamente. As diferenças geradas neste processo de conversão foram registados directamente em Resultados Transitados de acordo com o exposto no IFRS 1.

Com a adopção das IFRS, a Empresa passa a registar 265.293.994 euros no seu activo. Deste montante, aproximadamente 216 milhões de Euros dizem respeito às operações efectuadas no mercado brasileiro, estando o valor remanescente atribuído às operações realizadas em Portugal.

Estes montantes serão alvo de testes de imparidade regulares, pelo que, não serão sujeitos a qualquer tipo de amortização periódica

Imobilizações

As imobilizações adquiridas até 1 de Janeiro de 2004, encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

O montante do ajustamento no imobilizado corpóreo e incorpóreo no balanço em 31 de Dezembro de 2004 ascendeu a 44.931.610 euros

Impostos diferidos

O ajustamento relativo a impostos diferidos respeita ao impacto das situações de diferimento de impostos, sempre que haja lugar a diferenças temporais entre os princípios contabilísticos e as regras fiscais. No ano de 2004, este ajustamento ascende a 13.422.237 euros, maioritariamente resultante da anulação de imobilizações no balanço da empresa, tal como mencionado na nota anterior.

Adicionalmente o montante de impostos diferidos anteriormente registados em POC na rubrica acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas Outros activos correntes e Outros passivos correntes foi reclassificada para as rubricas Impostos diferidos activos e passivos como activos e passivos não correntes

Fornecedores e outros passivos correntes

Com a adopção das IFRS, a Modelo Continente passou a registar a opção de venda concedida a terceiros sobre acções das suas participadas no Brasil. Este procedimento previsto no novo normativo traduzia-se numa diferença para as contas consolidadas apresentadas em POC de 38.479.738 euros em 31 de Dezembro de 2004 (41.499.267 euros em 1 de Janeiro de 2004), sendo este o valor estimado para concretizar a prazo a detenção integral do capital da operação brasileira pela Modelo Continente (tal como detalhado nas notas explicativas ao relatório de gestão anual de 2004, elaborado e apresentado ainda em POC).

Acréscimos e diferimentos e dívida financeira líquida (incluindo o valor de mercado de derivados)

O ajustamento na rubrica de acréscimos e diferimentos totaliza cerca de 11.608.031 euros e é maioritariamente explicado pela imputação das dotações de juros resultante da contabilização dos derivados ao justo valor e reconhecimento dos custos de montagem de empréstimos que passam a ser deduzidos ao capital em dívida inicialmente registado.

Por seu lado, a dívida financeira líquida sofre uma diminuição de 9.504.431 euros que basicamente se justifica pelas razões apontadas em acréscimos e diferimentos nomeadamente o reconhecimento dos custos de montagem dos empréstimos contraídos e avaliação ao justo valor dos derivados - instrumentos de cobertura - embutidos nesses empréstimos.

Adicionalmente, o efeito no Balanço em 30 de Setembro de 2004 da conversão para IFRS é detalhado como segue:

	30-09-04		
	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	1.267.141.666	(56.615.295)	1.210.526.371
Diferenças de consolidação		270.143.281	270.143.281
Investimentos	35.234.058	7.809.442	43.043.500
Impostos diferidos activos		62.987.584	62.987.584
Outros activos não correntes	52.164.950	(12.006)	52.152.944
Total de activos não correntes	<u>1.354.540.674</u>	<u>284.313.006</u>	<u>1.638.853.680</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	385.144.405		385.144.405
Outros activos correntes	240.598.736	(65.578.686)	175.020.050
Investimentos	36.899.868	74.881.416	111.781.284
Caixa e equivalentes de caixa	30.069.526	9.529.999	39.599.525
Total de activos correntes	<u>692.712.535</u>	<u>18.832.729</u>	<u>711.545.264</u>
TOTAL DO ACTIVO	<u>2.047.253.209</u>	<u>303.145.735</u>	<u>2.350.398.944</u>
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	1.100.000.000		1.100.000.000
Reservas e Resultados Transitados	(772.032.755)	204.045.689	(567.987.066)
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa- Mãe	60.887.787	2.265.269	63.153.056
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe	<u>388.855.032</u>	<u>206.310.958</u>	<u>595.165.990</u>
Interesses Minoritários	18.459.181	(11.811.110)	6.648.071
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	<u>407.314.213</u>	<u>194.499.848</u>	<u>601.814.061</u>
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos	713.120.533	(17.732.425)	695.388.108
Outros passivos não correntes	62.306.608	4	62.306.612
Impostos diferidos passivos		45.850.171	45.850.171
Provisões	7.727.920	579.197	8.307.117
Total de passivos não correntes	<u>783.155.061</u>	<u>28.696.947</u>	<u>811.852.008</u>
PASSIVOS CORRENTES:			
Empréstimos	124.165.275	92.124.095	216.289.370
Outros passivos correntes	731.980.388	(12.200.004)	719.780.384
Provisões	638.272	24.849	663.121
Total de passivos correntes	<u>856.783.935</u>	<u>79.948.940</u>	<u>936.732.875</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	<u>2.047.253.209</u>	<u>303.145.735</u>	<u>2.350.398.944</u>

Em 30 de Setembro de 2004, o impacto no capital próprio da conversão para IFRS pode ser detalhado como segue:

	Ajustamentos de conversão para IFRS 30.09.04
Ajustamentos às demonstrações financeiras POC	
Reposição no activo do valor líquido das diferenças de consolidação anuladas por reservas líquidas de perdas por imparidade	270.143.282
Ajustamentos de conversão para IFRS	
Divida líquida incluindo valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	10.019.746
Impostos diferidos na valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	107.745
Abate de imobilizações	(47.242.721)
Registo de impostos diferidos associados à conversão para IFRS	13.059.794
Anulação de acréscimos e diferimentos	(15.480.798)
Outros passivos correntes	(40.760.240)
Outros	4.653.040
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	(75.643.434)
Total dos ajustamentos	194.499.848

Os impactos ao nível do balanço em 30 de Setembro de 2004 revestem-se de naturezas similares às verificadas sobre o balanço em 31 de Dezembro e 1 de Janeiro de 2004, anteriormente descritos.

O efeito nas demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do período findo em 30 de Setembro de 2004 pode ser detalhado como segue:

	31.12.04			30.09.04		
	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS
Proveitos operacionais:						
Vendas	3.577.610.129	(6.865)	3.577.603.264	2.532.102.713	1.505.238	2.533.607.951
Prestações de serviços	22.565.663		22.565.663	17.493.478	(672.889)	16.820.589
Outros proveitos operacionais	218.652.446	50.539.094	269.191.540	147.735.328	42.839.839	190.575.167
Total de proveitos operacionais	3.818.828.238	50.532.229	3.869.360.467	2.697.331.519	43.672.188	2.741.003.707
Custos operacionais			-			-
Custo das vendas	(2.800.220.829)	(1.101.156)	(2.801.321.985)	(1.986.330.981)	(985.713)	(1.987.316.694)
Fornecimentos e serviços externos	(364.143.699)	(5.808.488)	(369.952.187)	(264.879.847)	(3.583.711)	(268.463.558)
Custos com o pessoal	(354.863.711)	308.250	(354.555.461)	(262.279.251)	462.066	(261.817.185)
Amortizações e depreciações	(96.134.174)	11.092.204	(85.041.970)	(70.586.827)	8.426.699	(62.160.128)
Provisões e perdas por imparidade	(8.601.039)	6.698.080	(1.902.959)	(5.693.054)	2.633.962	(3.059.092)
Outros custos operacionais	(15.920.812)	(48.605.127)	(64.525.939)	(13.720.297)	(25.865.181)	(39.585.478)
Total de custos operacionais	(3.639.884.264)	(37.416.237)	(3.677.300.501)	(2.603.490.257)	(18.911.878)	(2.622.402.135)
Resultados operacionais	178.943.974	13.115.992	192.059.966	93.841.262	24.760.310	118.601.572
Resultados financeiros	(51.334.951)	(2.929.880)	(54.264.831)	(36.842.204)	(6.312.694)	(43.154.898)
Resultados relativos a empresas associadas	(1.469.126)	909.477	(559.649)	256.702	310.121	566.823
Resultados relativos a investimentos	6.617.001	(6.511.860)	105.141	17.108.306	(17.003.165)	105.141
Resultado antes de impostos	132.756.898	4.583.729	137.340.627	74.364.066	1.754.572	76.118.638
Imposto sobre o rendimento	(16.747.685)	456.326	(16.291.359)	(12.304.718)	618.396	(11.686.322)
Resultado depois de impostos	116.009.213	5.040.055	121.049.268	62.059.348	2.372.968	64.432.316
Resultado consolidado do trimestre	116.009.213	5.040.055	121.049.268	62.059.348	2.372.968	64.432.316

O detalhe dos ajustamentos efectuados com impacto no resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, do terceiro trimestre de 2004 e período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2004 na conversão das demonstrações financeiras para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	31.12.04	30.09.04	3º Trim. 2004
Anulação dos movimentos líquidos de amortizações	5.384.359	5.922.241	1.097.189
Registo de impostos diferidos associados à conversão para IFRS	982.128	-	
Anulação de custos diferidos	909.028	(1.469.681)	577.020
Aplicação do método de equivalência patrimonial a empresas associadas	909.477	310.120	57.076
Derivados e títulos negociáveis	(2.693.834)	(3.655.083)	449.919
Outros	(451.103)	1.265.371	596.803
Total de ajustamentos de conversão para IFRS	<u>5.040.055</u>	<u>2.372.968</u>	<u>2.778.007</u>

No Resultado líquido, os principais impactos da mudança para IFRS prendem-se com o tratamento das seguintes rubricas:

Amortizações e depreciações

Tal como o referido anteriormente na nota explicativa referente às variações das imobilizações, as grandes reparações de imobilizado são registadas directamente como custo do exercício, originando uma diminuição, em 2004, do valor das depreciações em 11.092.204 Euros.

Resultados financeiros

Diminuição de 2.929.880 euros nos resultados financeiros, resultante essencialmente de rendimentos de títulos de participação (4.724.424 euros). Em IFRS, estes títulos são valorizados pelo justo valor, pelo que no balanço de abertura já incluem parte do rendimento, que em POC só foi reconhecido no 1º trimestre de 2004 aquando da venda dos mesmos.

Além destes ajustamentos, importa referir as seguintes alterações, que apesar de não gerarem impacto ao nível da demonstração dos resultados, deverão ser consideradas pelas reclassificações que originam na estrutura da demonstração dos resultados:

Resultados extraordinários

Segundo o POC, as transacções fora do âmbito da actividade social ou afectando exercícios anteriores, são classificadas como "Resultados extraordinários", não contribuindo para o indicador de cash-flow operacional (EBITDA). Em IFRS, não existe esta categoria, pelo que esses movimentos foram reclassificados para rubricas de carácter operacional segundo a sua natureza específica.

Provisões para depreciação de existências

Em POC as diminuições de valor das existências são apresentadas na rubrica "Provisões" enquanto em IFRS são registadas em "Custo das vendas", o que explica a diminuição das provisões. Tal como é detalhado nas notas às demonstrações financeiras consolidadas de 2004, em POC, o valor de "Provisões" é, na sua maioria, justificado por provisões para depreciação de existências, explicando assim a redução que a rubrica "Provisões e perdas por imparidade" tem em IFRS por comparação com o POC.

Ao nível da demonstração de fluxos de caixa os impactos mais significativos referem-se a reclassificações entre despesas com actividades de investimento relacionadas com activos incorpóreos, as quais não qualificam como tal ao nível dos IFRS pelo que foram reclassificadas para despesas operacionais.

Matosinhos, 28 de Outubro de 2005

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS

3º TRIMESTRE 2005

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2005 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	IFRS		POC
		30-09-05	31-12-04	31-12-04
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		782.368	990.539	716.735
Propriedades de investimento		-	-	-
Investimentos	4	1.339.443.230	1.339.448.230	2.195.471.837
Impostos diferidos activos	5	263.668	516.471	-
Outros activos não correntes	6	929.647.296	855.553.195	-
Total de activos não correntes		<u>2.270.136.562</u>	<u>2.196.508.435</u>	<u>2.196.188.572</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências		-	-	-
Outros activos correntes	7	852.234.212	834.374.016	841.958.784
Investimentos	8	6.145.064	8.823.291	-
Caixa e equivalentes de caixa	9	10.034.948	45.271.844	45.271.844
Total de activos correntes		<u>868.414.224</u>	<u>888.469.151</u>	<u>887.230.628</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>3.138.550.786</u></u>	<u><u>3.084.977.586</u></u>	<u><u>3.083.419.200</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	10	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Acções próprias		-	-	-
Reservas e Resultados transitados		1.278.422.253	1.198.418.311	1.192.290.776
Resultado líquido do período		42.303.003	80.003.942	83.437.126
Total do capital próprio		<u>2.420.725.256</u>	<u>2.378.422.253</u>	<u>2.375.727.902</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	17	<u>2.420.725.256</u>	<u>2.378.422.253</u>	<u>2.375.727.902</u>
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos	11	594.858.153	180.758.653	184.800.000
Outros passivos não correntes		-	-	-
Impostos diferidos passivos	5	1.163.234	1.712.480	-
Provisões		-	-	-
Total de passivos não correntes		<u>596.021.387</u>	<u>182.471.133</u>	<u>184.800.000</u>
PASSIVOS CORRENTES:				
Empréstimos	11	1.319.117	1.218.842	1.230.489
Outros passivos correntes	12	120.485.026	522.865.358	521.660.809
Provisões		-	-	-
Total de passivos correntes		<u>121.804.143</u>	<u>524.084.200</u>	<u>522.891.298</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>717.825.530</u>	<u>706.555.333</u>	<u>707.691.298</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>3.138.550.786</u></u>	<u><u>3.084.977.586</u></u>	<u><u>3.083.419.200</u></u>

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2005 E 2004

	Notas	(Montantes expressos em euros)				
		IFRS		IFRS		POC
		3ºTrimestre 05	30-09-05 Acumulado	3ºTrimestre 04	30-09-04 Acumulado	30-09-04 Acumulado
Proveitos operacionais:						
Vendas						
Prestações de serviços		4.125.967	12.325.528	4.181.166	11.774.905	11.774.905
Outros proveitos operacionais		18.617	3.105.785	27.419	77.343	22.882
Total de proveitos operacionais		<u>4.144.584</u>	<u>15.431.313</u>	<u>4.208.585</u>	<u>11.852.248</u>	<u>11.797.787</u>
Custos operacionais:						
Custo das vendas		-	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos		(302.439)	(883.863)	(609.339)	(1.822.867)	(1.822.867)
Custos com o pessoal		(975.883)	(2.599.604)	(342.780)	(2.509.042)	(2.509.042)
Amortizações e depreciações		(70.528)	(211.477)	(70.446)	(211.311)	(507.819)
Provisões e perdas por imparidade		-	-	-	-	-
Outros custos operacionais		(115.837)	(3.253.468)	(181.003)	(1.571.225)	(1.331.375)
Total de custos operacionais		<u>(1.464.687)</u>	<u>(6.948.412)</u>	<u>(1.203.568)</u>	<u>(6.114.445)</u>	<u>(6.171.103)</u>
Resultados operacionais		2.679.897	8.482.901	3.005.017	5.737.803	5.626.684
Resultados financeiros		6.961.983	22.500.337	7.448.024	19.412.475	23.629.394
Resultados relativos a empresas associadas		-	-	-	-	-
Resultados relativos a investimentos	14	-	16.020.665	-	20.665.733	20.665.733
Resultados extraordinários						(586.407)
Resultado antes de impostos		<u>9.641.880</u>	<u>47.003.903</u>	<u>10.453.041</u>	<u>45.816.011</u>	<u>49.335.404</u>
Imposto sobre o rendimento		<u>1.373.966</u>	<u>(4.700.900)</u>	<u>1.631.703</u>	<u>389.642</u>	<u>(22.983)</u>
Resultado do trimestre	15	<u>11.015.846</u>	<u>42.303.003</u>	<u>12.084.744</u>	<u>46.205.653</u>	<u>49.312.421</u>
Resultados por acção		<u>0,01</u>	<u>0,04</u>	<u>0,01</u>	<u>0,04</u>	<u>0,04</u>

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2005 E 30 DE SETEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Social	Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	17	1.100.000.000	1.198.778.757	-	2.298.778.757
Aplicação do resultado de 2003:					
Transferência para Reserva legal e Resultados transitado:		-	-	-	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-
Aquisição/(Alienação) de acções próprias		-	-	-	-
Variação nas reservas					
Reservas de conversão		-	-	-	-
Reservas de cobertura		-	-	-	-
Outros		-	318.454	-	318.454
Resultado líquido do período					
de seis meses findo em 30 de Setembro de 2004		-	-	46.205.653	46.205.653
Outros		-	-	-	-
Saldo em 30 de Setembro de 2004	17	1.100.000.000	1.199.097.211	46.205.653	2.345.302.864
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	17	1.100.000.000	1.198.418.311	80.003.942	2.378.422.253
Aplicação do resultado de 2004:					
Transferência para Reserva legal e Resultados transitado:		-	80.003.942	(80.003.942)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	-
Reservas de conversão		-	-	-	-
Reservas de cobertura		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Resultado líquido do período					
de seis meses findo em 30 de Setembro de 2005		-	-	42.303.003	42.303.003
Outros		-	-	-	-
Saldo em 30 de Setembro de 2005		1.100.000.000	1.278.422.253	42.303.003	2.420.725.256

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2005 E 30 DE SETEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em euros)

	30-09-05	30-09-04
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>		
	<u>Notas</u>	
Fluxos das actividades operacionais (1)	25.013.951	26.227.837
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	10.200	3.175.842
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	-	-
Juros e proveitos similares	28.374.354	29.688.595
Dividendos	16.015.465	20.665.733
Empréstimos concedidos	1.248.213.012	1.312.969.561
Outros		
	<u>1.292.613.031</u>	<u>1.366.499.731</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-	(27.862.923)
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	(5.346)	(1.602)
Empréstimos concedidos	(1.345.400.614)	(1.678.078.288)
Outros		
	<u>(1.345.405.960)</u>	<u>(1.705.942.813)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)	<u>(52.792.929)</u>	<u>(339.443.082)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	1.003.965.300	504.344.900
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios emissão	-	-
Venda de acções (quotas) próprias	-	-
Outros	-	-
	<u>1.003.965.300</u>	<u>504.344.900</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(1.003.987.400)	(430.166.624)
Juros e custos similares	(7.524.372)	(9.405.990)
Reduções de capital e prestações suplementares	-	-
Dividendos	(74)	(67)
Aquisições de acções (quotas) próprias	-	-
Outros	-	-
	<u>(1.011.511.846)</u>	<u>(439.572.681)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)	<u>(7.546.546)</u>	<u>64.772.219</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	<u>(35.325.524)</u>	<u>(248.443.026)</u>
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	45.241.354	253.352.588
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.915.830	4.909.562

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Modelo Continente”) é uma sociedade anónima, com acções cotadas na Euronext Lisboa, que tem a sua sede social na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal.

A Empresa tem como actividade principal a gestão de participações sociais (Nota 4).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2005.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“POC”) para esse normativo, é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pela IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Nos termos dessa norma os efeitos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e estão descritos na Nota 17 na qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 2.5).

2.2. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10 a 15
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	5

2.3. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, desde a data em que os activos estão disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

2.4. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.5. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como Investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data do preço pago, no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua

venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.7. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

e) Fornecedores

As dívidas a fornecedores são registadas pelo seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;

- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de câmbio são inicialmente, registados pelo seu valor, se algum, e subseqüentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída em Reservas e resultados transitados são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subseqüentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Quando existam derivados de taxa de juro e de taxa de câmbio com o objectivo de cobertura de justo valor, estes são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados.

Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado) a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, no balanço.

2.6. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.7. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos pelos sócios ou accionistas das empresas participadas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.8. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.9. Impostos

A Modelo Continente encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. Nos casos em que as filiais contribuem com prejuízos, é registado nas contas individuais o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o período alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. INVESTIMENTOS

Em 30 de Setembro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe dos investimentos era o seguinte:

Empresa	30.Setembro.2005		31.Dezembro.2004	
	% de	Valor de	% de	Valor de
	detenção	Aquisição	detenção	Aquisição
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	100,00%	272.000	100,00%	272.000
Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva, S.A.	8,07%	5.924.043	8,07%	5.924.043
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	24.940	100,00%	24.940
Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	220.000	100,00%	220.000
Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.	0,00%		10,00%	5.000
Imoconti - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	50.000	100,00%	50.000
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	189.940	100,00%	189.940
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	109.736	100,00%	109.736
Infocfield - Informática, S.A.	10,00%	420.459	10,00%	420.459
Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, S.A.	100,00%	1.000.000.000	100,00%	1.000.000.000
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	46,20%	2.304.446	46,20%	2.304.446
Modelo Investimentos Brasil, S.A.	10,97%	72.034.667	10,97%	72.034.667
Modelo, SGPS, S.A.	0,15%	562.444	0,15%	562.444
Modelo-Com - Vendas por Correspondência, S.A.	100,00%	6.387.016	100,00%	6.387.016
Modis, SGPS, Lda.	60,00%	1.197	60,00%	1.197
Ok Bazar - Comércio Geral, S.A.	100,00%	1.953.945	100,00%	1.953.945
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	10,00%	187.548	10,00%	187.548
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	50.000	100,00%	50.000
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	25,00%	249.399	25,00%	249.399
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	100,00%	36.677.088	100,00%	36.677.088
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	10.000.000	100,00%	10.000.000
Soflorin, B.V.	100,00%	57.309.037	100,00%	57.309.037
Sonae, SGPS, S.A.	0,003%	53.500	0,003%	53.500
Sonae Distribuição Brasil, S.A.	34,32%	129.510.898	34,32%	129.510.898
Sonae Retalho Espanha, S.A.	100,00%	2.549.832	100,00%	2.549.832
Sondis, B.V.	100,00%	6.752.491	100,00%	6.752.491
Sonvecap, B.V.	100,00%	3.000.000	100,00%	3.000.000
Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	10,00%	706.326	10,00%	706.326
SRE - Projectos de Consultadoria, S.A.	100,00%	1.259.784	100,00%	1.259.784
Todos os Dias-Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, S.A.	100,00%	680.000	100,00%	680.000
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	10,00%	2.494	10,00%	2.494
		1.339.443.230		1.339.448.230

5. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 30 de Setembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	30.Setembro.2005		31.Dezembro.2004	
	Impostos diferidos	Impostos diferidos	Impostos diferidos	Impostos diferidos
	activos	passivos	activos	passivos
Instrumentos Financeiros	197.837	980.832	331.251	1.451.964
Anulação de Imobilizações incorpóreas	65.831		185.220	
Homogeneização de Amortizações		182.402		260.516
	263.668	1.163.234	516.471	1.712.480

6. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Setembro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe dos outros activos não correntes era o seguinte:

	euros	
	30.Junho.2005	31.Dezembro.2004
Empréstimos concedidos a empresas do grupo	929.647.296	855.553.195

7. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 30 de Setembro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe dos outros activos correntes era o seguinte:

	euros	
	30.Setembro.2005	31.Dezembro.2004
Clientes	880.977	431.749
Empresas participadas e participantes	794.967.032	824.565.887
Outros devedores	3.358.360	3.555.248
Estado e outros entes públicos	3.875.000	4.555.517
Custos diferidos	308.080	616.990
Acréscimo proveitos	48.844.763	648.625
	<u>852.234.212</u>	<u>834.374.016</u>

A rubrica do activo “Empresas participadas e participantes” integra: (i) o montante de 448.183.235 Euros relativo a parte do valor a receber em consequência de alienações de participações financeiras efectuadas no exercício de 2002;(ii) o montante de 395.503 Euros relativo a juros debitados a empresas do grupo e ainda não liquidados; (iii) bem como o montante de 338.488.500 Euros referente empréstimos de curto prazo a Empresas do Grupo; (iv) o montante de 7.899.794 Euros relativo ao imposto do exercício apurado pelas empresas do grupo tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

A rubrica de Outros devedores apresenta o montante de, aproximadamente, 2.650.000 Euros relativos a impostos que se encontram reclamados junto das autoridades fiscais, sendo entendimento do Conselho de Administração da Modelo Continente que o resultado da reclamação efectuada lhe será favorável.

A 30 de Setembro de 2005, em acréscimos de proveitos estão incluídos 36.765.629 Euros referentes a juros de empréstimos concedidos a empresas do Grupo e 12.079.134 Euros referente à especialização de royalties de marca.

8. INVESTIMENTOS CORRENTES

Em 30 de Setembro de 2005, esta rubrica corresponde a instrumentos derivados contratados com o objectivo de efectuar cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos por empresas detidas integralmente pela Modelo Continente, SGPS, S.A..

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de Setembro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	euros	
	30.Setembro.2005	31.Dezembro.2004
Numerário		
Depósitos bancários	10.034.947	
Aplicações de tesouraria		45.271.844
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	10.034.947	45.271.844
Descobertos bancários (Nota 11)	-119.117	-30.490
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	9.915.830	45.241.354

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

10. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Setembro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.100.000.000 acções ordinárias, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

11. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Setembro de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	30.Setembro.2005				31.Dezembro.2004				euros
	Valor Contabilístico		Valor nominal		Valor Contabilístico		Valor nominal		
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	
Empréstimos bancários	1.319.117	2.800.000	1.319.117	2.800.000	1.218.842	2.800.000	1.230.489	2.800.000	
Empréstimos obrigacionistas		592.058.153		597.000.000		177.958.653		182.000.000	
	1.319.117	594.858.153	1.319.117	599.800.000	1.218.842	180.758.653	1.230.489	184.800.000	

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

Modelo Continente / 2003	82.000.000
Modelo Continente / 2004	100.000.000
Modelo Continente / 2005/2010	265.000.000
Modelo Continente / 2005/2012	150.000.000

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE-2003

1.640.000 obrigações - Valor Nominal: 50 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,75% a.a.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado, com pagamentos em 15 de Abril e em 15 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE-2004

10.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 1,15% a.a.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado, com pagamentos em 18 de Março e em 18 de Setembro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março 2009. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE-2005/2010

265 000 obrigações - Valor Nominal: 1.000 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,70%a.a.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado, com pagamentos em 3 de Fevereiro e em 3 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, no final do 5º cupão de vida do empréstimo, ou seja, em 3 de Agosto de 2010, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado (Call-Option): O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, total ou parcialmente, por redução ao valor nominal das obrigações, no 2º, 3º ou 4º ano de vida do empréstimo mediante o pagamento de um prémio de 0,125% sobre o valor reembolsado.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE-2005/2012

15.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 7 (sete) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,85%.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 14º cupão, ou seja, em 2 de Agosto de 2012, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado (Call-Option): O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, total ou parcialmente, por redução ao valor nominal das obrigações, nas datas de pagamento do 10º, 11º, 12º, 13º cupões.

Empréstimos Bancários

Inclui:

a) Empréstimo bancário obtido junto de uma instituição financeira, no valor de 4.000.000 euros com vencimentos sucessivos em 2006 e 2007 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado. Actualmente encontram-se classificados como não correntes 2.800.000 euros e 1.200.000 euros em corrente;

b) O montante de 119.117 euros referente a descobertos bancários (Nota 9).

12. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Setembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	euros	
	<u>30.Setembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Fornecedores	148.701	18.825
Empresas participadas e participantes	105.535.357	511.360.508
Outros credores	32.108	12.822
Estado e outros entes públicos	232.217	5.847.240
Custos a pagar	13.378.336	4.421.414
Derivados	1.158.307	1.204.549
	<u>120.485.026</u>	<u>522.865.358</u>

A rubrica de Custos a pagar contém o valor de 10.890.273 Euros referente a juros a pagar por empréstimos obtidos.

13. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	euros	
	<u>30.Setembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2004</u>
Garantias Prestadas:		
por processos fiscais em curso	18.817.627	17.556.249
	<u>18.817.627</u>	<u>17.556.249</u>

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

14. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 30 de Setembro de 2005 e em 30 de Junho de 2004 e nos segundos trimestres findos nessas datas o detalhe dos resultados relativos a investimentos era o seguinte:

	2005		2004	
	<u>3º Trimestre</u>	<u>Acumulado</u>	<u>3º Trimestre</u>	<u>Acumulado</u>
Dividendos		16.015.465		20.665.733
Ganhos na alienação de investimentos		5.200		
		<u>16.020.665</u>		<u>20.665.733</u>

15. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do período, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	euros	
	<u>30.Setembro.2005</u>	<u>30.Setembro.2004</u>
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	42.303.003	46.205.653
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>42.303.003</u>	<u>46.205.653</u>
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.100.000.000	1.100.000.000
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>1.100.000.000</u>	<u>1.100.000.000</u>
Resultado por acção (básico e diluído)	0,04	0,04

16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 28 de Outubro de 2005.

17. PRIMEIRA APLICAÇÃO DOS "INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS"

A Empresa adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) em 2005, aplicando para o efeito o "IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards", sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

O efeito, nos Balanços em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal ("POC") para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor em 1 de Janeiro de 2005 pode ser detalhada como segue:

	1.Janeiro.2004			31.Dezembro.2004			euros
	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS		POC	Ajustamentos de conversão para IFRS		
		IFRS	IFRS		IFRS	IFRS	
ACTIVO:							
ACTIVOS NÃO CORRENTES:							
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	1.343.204	(72.510)	1.270.694	716.735	273.804	990.539	
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-	
Investimentos	1.213.524.262	(490.913)	1.213.033.349	2.195.471.837	(856.023.607)	1.339.448.230	
Impostos diferidos activos	-	750.812	750.812	-	516.471	516.471	
Outros activos não correntes	528.439.312	-	528.439.312	-	855.553.195	855.553.195	
Total de activos não correntes	1.743.306.778	187.389	1.743.494.167	2.196.188.572	319.863	2.196.508.435	
ACTIVOS CORRENTES:							
Existências	-	-	-	-	-	-	
Outros activos correntes	933.373.674	(2.787.649)	930.586.025	841.958.784	(7.584.768)	834.374.016	
Investimentos	-	149.313.226	149.313.226	-	8.823.291	8.823.291	
Caixa e equivalentes de caixa	248.687.423	(136.079.991)	112.607.432	45.271.844	-	45.271.844	
Total de activos correntes	1.182.061.097	10.445.586	1.192.506.683	887.230.628	1.238.523	888.469.151	
TOTAL DO ACTIVO	2.925.367.875	10.632.975	2.936.000.850	3.083.419.200	1.558.386	3.084.977.586	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO							
CAPITAL PRÓPRIO:							
Capital social	1.100.000.000	-	1.100.000.000	1.100.000.000	-	1.100.000.000	
Ações próprias	-	-	-	-	-	-	
Reservas e Resultados transitados	1.124.953.482	6.487.981	1.131.441.463	1.192.290.776	6.127.535	1.198.418.311	
Resultado líquido do período	67.337.294	-	67.337.294	83.437.126	(3.433.184)	80.003.942	
Total do capital próprio	2.292.290.776	6.487.981	2.298.778.757	2.375.727.902	2.694.351	2.378.422.253	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	2.292.290.776	6.487.981	2.298.778.757	2.375.727.902	2.694.351	2.378.422.253	
PASSIVO:							
PASSIVOS NÃO CORRENTES:							
Empréstimos	86.000.000	-	86.000.000	184.800.000	(4.041.347)	180.758.653	
Outros passivos não correntes	-	-	-	-	-	-	
Impostos diferidos passivos	-	2.872.537	2.872.537	-	1.712.480	1.712.480	
Provisões	-	-	-	-	-	-	
Total de passivos não correntes	86.000.000	2.872.537	88.872.537	184.800.000	(2.328.867)	182.471.133	
PASSIVOS CORRENTES:							
Empréstimos	15.848.679	(11.648)	15.837.031	1.230.489	(11.647)	1.218.842	
Outros passivos correntes	531.228.420	1.284.105	532.512.525	521.660.809	1.204.549	522.865.358	
Provisões	-	-	-	-	-	-	
Total de passivos correntes	547.077.099	1.272.457	548.349.556	522.891.298	1.192.902	524.084.200	
TOTAL DO PASSIVO	633.077.099	4.144.994	637.222.093	707.691.298	(1.135.965)	706.555.333	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	2.925.367.875	10.632.975	2.936.000.850	3.083.419.200	1.558.386	3.084.977.586	

O detalhe dos ajustamentos efectuados com efeitos em capital próprio reportados a 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 para efeito de conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	euros	
	1.Janeiro.2004	31.Dezembro.2004
Imobilizado corporeo e incorporeo	-52.570	201.710
Instrumentos Financeiros	6.286.161	2.619.197
Outros Impostos Diferidos	254.390	(126.556)
	6.487.981	2.694.351

Adicionalmente, o efeito no Balanço em 30 de Setembro de 2004 da conversão para IFRS é detalhado como segue:

	30.Setembro.2004		
		Ajustamentos de conversão para	
	POC	IFRS	IFRS
euros			
ACTIVO:			
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	836.987	223.999	1.060.986
Propriedades de investimento	-	-	-
Investimentos	1.312.390.628	(478.913)	1.311.911.715
Impostos diferidos activos	-	377.352	377.352
Outros activos não correntes	813.535.872	-	813.535.872
Total de activos não correntes	<u>2.126.763.487</u>	<u>122.438</u>	<u>2.126.885.925</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	-	-	-
Outros activos correntes	898.084.783	(6.857.163)	891.227.620
Investimentos	-	35.707.071	35.707.071
Caixa e equivalentes de caixa	32.279.528	(27.369.870)	4.909.658
Total de activos correntes	<u>930.364.311</u>	<u>1.480.038</u>	<u>931.844.349</u>
TOTAL DO ACTIVO	<u><u>3.057.127.798</u></u>	<u><u>1.602.476</u></u>	<u><u>3.058.730.274</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	1.100.000.000	-	1.100.000.000
Acções próprias	-	-	-
Reservas e Resultados transitados	1.192.290.776	6.806.435	1.199.097.211
Resultado líquido do período	49.312.421	(3.106.768)	46.205.653
Total do capital próprio	<u>2.341.603.197</u>	<u>3.699.667</u>	<u>2.345.302.864</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	<u><u>2.341.603.197</u></u>	<u><u>3.699.667</u></u>	<u><u>2.345.302.864</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos	186.000.000	(4.199.597)	181.800.403
Outros passivos não correntes	-	-	-
Impostos diferidos passivos	-	1.561.901	1.561.901
Provisões	-	-	-
Total de passivos não correntes	<u>186.000.000</u>	<u>(2.637.696)</u>	<u>183.362.304</u>
PASSIVOS CORRENTES:			
Empréstimos	97	(11.647)	(11.550)
Outros passivos correntes	529.524.504	552.152	530.076.656
Provisões	-	-	-
Total de passivos correntes	<u>529.524.601</u>	<u>540.505</u>	<u>530.065.106</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>715.524.601</u></u>	<u><u>(2.097.191)</u></u>	<u><u>713.427.410</u></u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	<u><u>3.057.127.798</u></u>	<u><u>1.602.476</u></u>	<u><u>3.058.730.274</u></u>

Em 30 de Setembro de 2004, o impacto no capital próprio da conversão para IFRS pode ser detalhado como segue:

	euros
	<u>30.Setembro.2004</u>
Imobilizado corporeo e incorporeo	71.764
Instrumentos Financeiros	3.373.512
Outros Impostos Diferidos	<u>254.391</u>
	<u>3.699.667</u>

O efeito nas demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do período findo em 30 de Setembro de 2004 pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2004			30.Setembro.2004		
	Ajustamentos de conversão para			Ajustamentos de conversão para		
	POC	IFRS	IFRS	POC	IFRS	IFRS
Proveitos operacionais:						
Vendas	-	-	-	-	-	-
Prestações de serviços	20.603.424	-	20.603.424	11.774.905	-	11.774.905
Variação de valor das propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Outros proveitos operacionais	5.792.866	74.694	5.867.560	22.882	54.461	77.343
Total de proveitos operacionais	<u>26.396.290</u>	<u>74.694</u>	<u>26.470.984</u>	<u>11.797.787</u>	<u>54.461</u>	<u>11.852.248</u>
Custos operacionais:						
Custo das vendas	-	-	-	-	-	-
Variação da produção	-	-	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(1.162.425)	-	(1.162.425)	(1.822.867)	-	(1.822.867)
Custos com o pessoal	(3.381.226)	(1)	(3.381.227)	(2.509.042)	-	(2.509.042)
Amortizações e depreciações	(628.070)	346.313	(281.757)	(507.819)	296.508	(211.311)
Provisões e perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Outros custos operacionais	(914.776)	(244.365)	(1.159.141)	(1.331.375)	(239.850)	(1.571.225)
Total de custos operacionais	<u>(6.086.497)</u>	<u>101.947</u>	<u>(5.984.550)</u>	<u>(6.171.103)</u>	<u>56.658</u>	<u>(6.114.445)</u>
Resultados operacionais	20.309.793	176.641	20.486.434	5.626.684	111.119	5.737.803
Resultados financeiros	32.888.051	(4.841.866)	28.046.185	23.629.394	(4.216.919)	19.412.475
Resultados relativos a empresas associadas	-	-	-	-	-	-
Resultados relativos a investimentos	20.665.733	-	20.665.733	20.665.733	-	20.665.733
Resultados Extraordinários	(566.174)	566.174	-	(586.407)	586.407	-
Resultado antes de impostos	<u>73.297.403</u>	<u>(4.099.051)</u>	<u>69.198.352</u>	<u>49.335.404</u>	<u>(3.519.393)</u>	<u>45.816.011</u>
Imposto sobre o rendimento	10.139.723	665.867	10.805.590	(22.983)	412.625	389.642
Resultado depois impostos	<u>83.437.126</u>	<u>(3.433.184)</u>	<u>80.003.942</u>	<u>49.312.421</u>	<u>(3.106.768)</u>	<u>46.205.653</u>

O detalhe dos ajustamentos efectuados com impacto no resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do período findo em 30 de Setembro de 2004 na conversão das demonstrações financeiras para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	euros		
	<u>31.Dezembro.2004</u>	<u>30.Setembro.2004</u>	<u>3º Trimestre 2004</u>
Imobilizado corporeo e incorporeo	254.280	124.334	4.921
Instrumentos Financeiros	(3.687.464)	(3.231.102)	609.364
	<u>(3.433.184)</u>	<u>(3.106.768)</u>	<u>614.285</u>

18. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 3318/94 artº 5º nº 4

Durante o período findo a 30 de Setembro de 2005 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.
Soflorin, B.V.
Sport-Zone – Comércio e Artigos de Desporto, S.A.
Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.

Durante o período findo a 30 de Setembro de 2005 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Contibomba – Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.
Modis, S.G.P.S., Lda
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sonae, S.G.P.S., S.A.
Sondis, B.V.
Soflorin, B.V.

As respectivas posições credoras em 30 de Setembro de 2005 são as seguintes:

Empréstimos concedidos a CP e MLP:

EMPRESAS	euros
	Saldo final
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	247.000
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	2.252.000
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	717.000
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.	20.413.965
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	4.430.897
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.	406.000
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	2.939.998
Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, SA	30.767.000
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	610.550.500
Modis, SGPS, Lda.	0
Ok Bazar - Comércio Geral, SA	12.899.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	9.907.000
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	54.000
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	52.371.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	25.543.000
Sondis, B.V.	267.007.104
Soflorin, B.V.	38.614.330
Sonae , S.G.P.S., S.A.	15.000.000
Sonae Retalho Espanha, S.A.	466.002
Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	9.669.000
Todos os Dias - Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, S.A.	1.506.000
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	162.375.000
	<u>1.268.135.796</u>

As respectivas posições devedoras relativas aos contratos mencionados à data de 30 de Setembro de 2005 eram como se segue:

Empréstimos Obtidos a CP:

	euros
EMPRESAS	Saldo final
Modelo, S.G.P.S., S.A.	-90.956.900
Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.	-10.000
Modelo Hiper - Imobiliária, S.A.	-1.791.000
SRE - Projectos de Consultoria, S.A.	-556.000
	<u>-93.313.900</u>

Matosinhos, 28 de Outubro de 2005